

ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (COMHABIS), REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.749/1993.

Aos catorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, na sede da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, localizada na Rua Souza Pereira, nº 448, 2º andar, Centro, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, com a presença dos conselheiros Fábio Gomes Camargo, Roseli de Oliveira Borba, Rafael Rodrigues Camargo, Heitor Moniva, Heliandro Ricardo Menegon, Vivian de Cassia Palladino Cancellara, Rogério Cancian Pereira, Luciana Aparecida dos Santos Amaral, Erculano Ramos Filho, Mário Roberto Gomes Chartone, José Raimundo de Queiroz, Maria Francinete dos Santos Valle, Maria Alice Gaiotto, Carlos Eduardo Gatti, Fábio Laham Morello, Yara Cristina Labronici Baiardi, e dos convidados, Daniela Schimidt Antunes, Fernando Barbosa Canhavate, Tiago da Guia Oliveira, Bruno Dias Xavier e Valquíria do Carmo Monteiro. Justificaram as ausências os conselheiros Roseli Gomes Nogueira, Erik Esbegue Ferreira, Luís Cláudio Adriano, Luiz Augusto Zamuner, Viviane Valerine Escher, Rose Leila da Silva Leitão, Ricardo Augusto dos Santos, Eduardo Vieira da Silva, Silvana Dudonis Iizuka e João Luiz Bengla Mestre, os quais, por motivos de força maior, não puderam comparecer. A reunião teve início às catorze horas e trinta e quatro minutos, com a palavra inicial do presidente, Fábio Gomes Camargo, pedindo a dispensa da leitura da ata da última reunião, haja vista que todos os integrantes do Conselho tomaram conhecimento de seu inteiro teor, por meio de correio eletrônico e disponibilização no site da Prefeitura. A ata foi aprovada por aclamação. O presidente passou então para a explicação do pedido, pela Secretaria de Assuntos Jurídicos, de complementação da redação do regimento interno, em seu artigo 21, com a mudança para uso dos termos técnicos legislativos, da grafia de “parágrafo” para o símbolo “§”. Colocando em votação, foi aprovada por aclamação. O presidente Fábio prosseguiu com a explicação da pauta da reunião do COMHABIS, sendo o primeiro assunto, os números dos julgamentos dos recursos habitacionais, seguindo para o segundo assunto, que era a apresentação prevista na reunião anterior do Conselho de Habitação, pela comissão de Habitação e Interesse Social, pelos conselheiros Heitor Moniva e Mário Chartone, respectivamente, arquiteto e engenheiro. A Senhora Roseli Borba toma a palavra e explica sobre o processo de julgamento dos recursos habitacionais, sendo que, atualmente, 56 processos foram julgados com pareceres de “não acolhimento”. Dentre esses processos, cinco eram do Residencial Carandá, 49 processos de recursos referente

ao Residencial Altos do Ipanema e dois processos de municipais que não foram sorteados e convocados. Roseli finaliza sua pauta e passa a palavra para o coordenador da comissão de habitação de interesse social, o conselheiro Mário Chartone, o qual iniciou sua apresentação falando sobre as funções de atuação da comissão, que tem a intenção de criar uma cartilha para melhor apresentar e orientar os demais membros de quais seriam as intenções da comissão, passando a palavra para o relator o conselheiro senhor Heitor Moniva, que faz uma breve explanação sobre como foram as duas primeiras reuniões extraordinárias da comissão de habitação de interesse social, dizendo que as mesmas foram de grande valia pois foram discutidos e debatidos temas importantes, recebendo também, segundo ele, críticas construtivas. Heitor passa então a apresentar o projeto de lotes urbanizados do Jardim Itanguá, explicando a base legal do projeto, o capítulo V artigo 95, 96 e 97 do Código Sanitário Estadual, Lei federal 6766/79, artigo 4 inciso II e Lei Municipal 2042/79, artigo 5, inciso I, Lei municipal 8451/08 capítulo III, artigo 8, parágrafo 1 e 2. Capítulo II, Art. 9 e 11, que nortearam o projeto. Passando à explicação do projeto em vistas gerais do loteamento e plantas-modelos dos tipos de residências. Heitor passa para a apresentação das estratégias de intervenção, proposta de direcionamento e fluxograma do loteamento, da titularização até o habite-se. Eduardo Gatti questionou sobre a inclinação da via, sobre a área mínima de cada ambiente na planta e sobre a RRT/ART para assistência técnica na habitação de interesse social. Heitor passa a palavra novamente para o conselheiro Mário, que reitera o assunto da legislação e código, da necessidade de sugestões e adequações legais para a implantação do loteamento e sobre a cartilha de viabilização da habitação de interesse social. A conselheira Maria Alice Gaiotto toma a palavra para comunicar sobre a consulta pública do Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, que está aberta e que trata exatamente da habitação de interesse social. Informa que há a possibilidade do CAU vir fazer palestra na SEHAB, para elucidar melhor as ideias referentes ao tema de Habitação de Interesse Social que podem contribuir com as melhorias dos trabalhos. Maria Alice Gaiotto falou também sobre o melhor aproveitamento do terreno em relação ao projeto de lotes urbanizados do Itanguá, sobre as questões sociais e culturais que envolve a comunidade que irá residir no local, referente a localização dos ambientes nas plantas-tipo propostas. Sugere que o banheiro não deve ser o cômodo mais importante da casa, logo após a garagem, mas sim, a cozinha. Nesse momento, o presidente Fábio Camargo tomou a palavra e explicou a questão histórica e social dos lotes urbanizados do Itanguá, explicando sobre a escolha do local, o qual foi estrategicamente pensado para atender os moradores que residem

próximos ao córrego do bairro, de forma que não necessite mover essas famílias para locais distantes da cidade. Com esse programa, as famílias poderiam morar no mesmo bairro que hoje habitam. Fábio pontua também que todas as sugestões e críticas apontadas são válidas e pertinentes e, que serão levadas em consideração em futuras alterações do projeto, de acordo com o possível àquela realidade. A conselheira Yara Baiardi pediu a palavra para explanar sobre a área residual de fundo de alguns lotes do projeto que ficaria inutilizada, sendo melhor aproveitada se retirasse o espaço para a garagem e posicionasse essa área verde à frente desses lotes, transformando-a em uma praça de utilização geral da quadra. O conselheiro e membro do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, Fábio Morelo, pontuou sobre a tipologia de projeto ser menos adensada, sugerindo que o melhor a ser feito poderia ser a verticalização da área, favorecendo maior número de munícipes. O presidente Fábio disse que as sugestões são válidas e que devem ser analisadas. Nesse momento, foi questionado pelos conselheiros sobre a possibilidade do beneficiário que recebesse o lote, torná-lo com características de submoradias. Novamente, foi dito que haveria três possibilidades de projetos a serem implantados pelos beneficiários no local. A conselheira Luciana pontuou a relação desses moradores com as áreas públicas de uso geral e sua cultura de inadimplemento. A conselheira Maria Alice Gaiotto falou que é importante ouvir a comunidade para saber o que realmente elas querem e precisam. Assim, deliberada toda a pauta estabelecida para esta reunião, o presidente Fábio Camargo agradeceu a presença de todos os conselheiros e encerrou a reunião às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. A secretária-executiva lavra e assina a presente ata.

**Roseli de Oliveira Borba**  
**Secretária Executiva**

**Fábio Gomes Camargo**  
**Presidente do Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social**  
**Secretário da Habitação e Regularização Fundiária**